

Irmandades do Bom Jesus na cidade do Salvador-BA

Edilece Souza Couto (UFBA)

A Igreja Católica, desde a Idade Média, incentivou o culto a Jesus Cristo demarcando a importância de alguns momentos da sua vida: nascimento, paixão, morte e ressurreição. A natividade era comemorada com júbilo, afinal era a chegada do Filho de Deus ao mundo. A rememoração da paixão e morte era plena de tristeza, refletida nas orações, penitência e procissões expiatórias. Nesses rituais, enfatizava-se a imagem do Cristo crucificado. A alegria só retornava com a ressurreição e a certeza de que o Filho de Deus sofreu e se entregou em sacrifício pela salvação da humanidade. A primeira capital do Brasil, batizada de Salvador, é palco, desde o período colonial, de profunda devoção ao crucificado. Nesse artigo, por meio da narrativa do cronista João da Silva Campos (2001) e dos compromissos das irmandades, identifico os principais grupos de devotos, suas atividades, relações com a Igreja diocesana, assim como as principais mudanças e permanências no culto.

Irmandades: devoção e festa

As irmandades religiosas são associações leigas para o culto aos santos. Surgiram enquanto instituições na tentativa de atrair maior participação dos leigos no catolicismo. Além de um forte caráter devocional, exteriorizado por meio do culto de determinado santo, os irmãos promoviam a sociabilidade, a ajuda mútua e a assistência espiritual e material durante a vida e na hora da morte (funeral, sepultamento na capela, nos carneiros ou no cemitério próprio e, ainda, pensões para a viúva e os órfãos). Nas confrarias de negros, alguns escravos poderiam ser ajudados na compra da alforria. Portanto, a existência das irmandades era bem vista pela Igreja e pelas autoridades administrativas. O clero considerava esses agrupamentos como garantia de catequese, da conservação dos valores católicos e do controle sobre a fé dos leigos. E os

políticos ficavam livres da responsabilidade de socorrer os necessitados prestando-lhes serviços de saúde.

Segundo Riolando Azzi (1978, p. 89-105), as irmandades mais difundidas no Brasil colonial eram as da Misericórdia (para a promoção da caridade, a assistência aos pobres, deficientes físicos, prisioneiros, jovens órfãs e crianças enjeitadas), do Santíssimo Sacramento (para o culto da Eucaristia e a realização da procissão anual de *Corpus Christi*) e N.S^a do Rosário (normalmente composta por negros, realizava culto e festa para Maria). Entretanto, a documentação sobre as irmandades baianas demonstra que a devoção a Jesus Cristo, principalmente na semana santa, estava no mesmo patamar da importância dada ao culto mariano. Os baianos, reunidos em irmandades de brancos, pretos e pardos, em diferentes freguesias tinham objetivos diversos ao reverenciar o Filho de Deus. Pediam a sua intercessão para realizar proveitosas e tranquilas viagens marítimas, boa pescaria, a cura dos males do corpo, ter uma boa morte e a salvação das almas.

Na Salvador setecentista, entre 1719 e 1783, foram criadas sete irmandades para o culto de Jesus Cristo, enfatizando sua paixão, morte e ressurreição. Usando nomes diversos e adotando critérios de cor para a admissão de seus membros, as associações estavam assim definidas: Bom Jesus da Cruz (pardos), Bom Jesus da Paciência (pardos), Bom Jesus dos Navegantes (brancos), Senhor Bom Jesus do Bonfim (brancos), Bom Jesus das Necessidades e Redenção (africanos jeje), Bom Jesus dos Martírios (crioulos) e Bom Jesus dos Passos dos Humildes (moradores da Rua do Tingui). Dessas confrarias, duas eram de brancos, preocupados essencialmente com a salvação das almas e a realização de boas viagens marítimas, afinal seus membros eram navegantes, trabalhadores do porto ou traficantes de escravos que enfrentavam os desafios das viagens pelo Atlântico. Cinco eram formadas por pardos, crioulos e africanos, escravos ou libertos. Eles encontraram nas irmandades amparo e defesa contra o sistema escravocrata (SCARANO, 1978), mas também condições para desenvolver a sociabilidade e as suas crenças.

O que unia os irmãos era a vivência laica da fé cristã, o sentimento religioso expresso na exterioridade cênica, no “teatro das representações edificantes”, afinal, “O ritmo da devoção é pendular. Por um lado, insiste na interioridade de cada um, o que acentua o caráter intimista; por outro, subministra estímulos e apelos projetados pelo cênico, na exteriorização que enche os olhos e toca o coração” (SILVA, 2000, p. 97). Portanto, a devoção é, ao mesmo tempo, uma sensação interna e individual e uma demonstração espetacularizada da fé, por meio dos ritos católicos (missas), procissões e festas.

Em Salvador, importantes devoções faziam parte do cotidiano da área comercial da Cidade Baixa, especialmente nos distritos da Conceição da Praia e Penha. O primeiro era habitado por comerciantes portugueses. Durante o dia, a região era muito movimentada, com a chegada de mercadorias estrangeiras no porto, que abastecia de secos e molhados os mercados São João e Santa Bárbara, e produtos (raízes, frutas, farinha, aves e suínos) do Recôncavo, que aportavam no Cais do Mercado por meio dos saveiros. Portanto, o local atraía a população branca, mas também grande quantidade de negros (escravos e/ou libertos) que trabalhavam como ganhadores ou no serviço de transportes (cadeiras de arruar).

Das irmandades analisadas, três – Bom Jesus das Necessidades e da Redenção, Bom Jesus dos Navegantes e Senhor Bom Jesus do Bonfim – tinham suas sedes nas igrejas – Corpo Santo, Boa Viagem e Senhor do Bonfim – construídas na Cidade Baixa, entre as freguesias da Conceição da Praia e da Penha, portanto, ao longo da Baía de Todos os Santos, nas proximidades de cais, ancoradouros e porto. A escolha dessas localidades para o desenvolvimento das devoções ao Jesus Crucificado demonstra a intensa participação dos homens do mar (capitães, traficantes de escravos, comerciantes, marinheiros ou trabalhadores do porto) na vivência religiosa. Todos tinham ligação com o transporte de mercadorias. Pediam ao Cristo Crucificado que suas viagens e transações comerciais chegassem a um bom fim.

A Irmandade do Bom Jesus das Necessidades e da Redenção foi formada pelos africanos jeje na Igreja da Conceição da Praia em 1752. Transferiu-se para uma capela na Igreja do Corpo Santo em 1774. Pelo *Compromisso* (1914, p. 17-18), os irmãos prometiam realizar a festa anual em 03 de maio, além de prestar ajuda mútua aos associados, garantindo-lhes ritos fúnebres, sepulturas e missas pela salvação das almas. No dia da festa, os irmãos, usando capa branca, murça (vestimenta que os cônegos usavam sobre a sobrepeliz) roxa com a cruz de metal à esquerda, participavam de missa solene, cantada com orquestra e benção do Santíssimo. O altar deveria ser ornamentado. A procissão, com a imagem de Jesus, percorria as principais ruas da freguesia da Conceição da Praia, indo ao encontro da imagem de N.S^a das Dores. Em sete diferentes pontos eram colocadas sete cruzes, onde o préstito deveria parar e realizar orações.

A freguesia da Penha era a região mais distante da área central da Cidade Baixa. Era habitada por pescadores, carpinteiros, alfaiates, costureiras, ganhadeiras, lavadeiras e vendedoras de mingau. Mas era também estação de veraneio das famílias aristocráticas de Salvador e atraía visitantes e romeiros das cidades do recôncavo baiano e das ilhas da Baía de Todos os Santos. Portanto, além da vivência religiosa, o período das festas dos padroeiros era propício à sociabilidade e aos divertimentos.

A festa do Bom Jesus dos Navegantes é a primeira do ano, realizada em 01 de janeiro. A origem da irmandade é imprecisa, mas é certo que desde o século XVIII, os irmãos se reúnem na Igreja da Boa Viagem para cultuar o Jesus Crucificado e realizar uma procissão marítima. As celebrações começam em 27 de dezembro, faz-se a procissão marítima no dia 01 de janeiro e terminam no primeiro domingo do ano com uma missa e cortejo terrestre. Jesus e duas invocações marianas: N.S^a da Boa Viagem e N.S^a da Conceição, são os personagens centrais dos festejos. A imagem do Crucificado é levada para a Igreja da Conceição da Praia. No dia 01 de janeiro, os devotos navegam até o cais próximo ao referido templo. As imagens de Jesus e N.S^a da Conceição são colocadas na embarcação e o cortejo marítimo retorna para a

praia da Boa Viagem, onde a imagem de N.S^a da Boa Viagem espera pelo seu filho.

Ainda no mês de janeiro, outra grande manifestação religiosa toma as ruas da Cidade Baixa: a festa do Senhor do Bonfim. O culto se expandiu a partir da fundação da irmandade em 1745. O português Theodózio Rodrigues de Faria (capitão de mar e guerra e traficante de escravos) trouxe de Setúbal - Portugal, local do seu nascimento, para Salvador uma imagem do Crucificado em comprimento de promessa por ter realizado inúmeras viagens transatlânticas sem prejuízos e, o que era mais importante, salvo das tormentas. Juntamente com outros portugueses, fundou a Devoção do Senhor Bom Jesus do Bonfim, que começou suas atividades religiosas na Igreja da Penha. Em 1746, a irmandade começou a construção da igreja na colina de Mont Serrat, que passou a se chamar colina do Bonfim, na península do Itapagipe. A transladação da imagem para a nova capela se deu no dia de São João (24 de junho) de 1754, com missa, procissão, fogueira, foguetes e fogos de artifício (GUIMARÃES, 1994). A Igreja do Bonfim passou a abrigar também as devoções de N.S^a da Guia e São Gonçalo.

Porém, o acesso não era fácil. Os romeiros viajavam em barcos e saveiros e desembarcavam no Porto de Mont Serrat, próximo à igreja de mesmo nome, ou no Porto dos Pescadores, no sopé da Colina do Bonfim. Essas dificuldades fizeram com que a própria irmandade despendesse recursos para realizar melhorias nos caminhos que levavam ao Bonfim. Os irmãos têm orgulho do patrimônio acumulado e pelos empreendimentos de engenharia e arquitetura promovidos pela irmandade. A começar pelo templo, construído (entre 1746 e 1754) com recursos próprios. Logo foram construídas duas ladeiras de acesso à colina: a do Porto do Bonfim e a Ponte da Pedra. Em 1798, com o mesmo objetivo, foi drenado o brejo, com a utilização da palmeira do dendê, capaz de secar terrenos alagadiços, e pavimentado o caminho principal de chegada à igreja. A nova via recebeu o nome de Avenida Dendezeiros (SANTANA, 2009, p. 116 a 118). A família Freire de Carvalho, composta de políticos e profissionais liberais que ocupavam postos na mesa

administrativa da irmandade, doou o terreno para a construção da igreja, das Casas dos Romeiros e da casa do juiz da Devoção.

As irmandades localizadas na área central da Cidade Alta tiveram outras motivações para iniciarem a devoção ao Filho de Deus. As associações do Bom Jesus da Paciência, Bom Jesus dos Martírios e Bom Jesus dos Passos dos Humildes tinham por finalidade realizar as procissões da Quaresma e da Páscoa. A Irmandade do Bom Jesus da Cruz, por sua vez, foi criada em ação de graças pela cessação de uma tempestade em 1719.

A Irmandade do Bom Jesus da Paciência, organizada em data incerta nos setecentos, funcionava na Igreja de São Pedro, construída em 1785, localizava-se próxima ao Mosteiro de São Bento. O *Compromisso* foi elaborado em 1844 e aprovado por D. Romualdo Antônio de Seixas em 1847. A Irmandade do Bom Jesus dos Martírios foi criada em 1764 e extinta em 1932. O *Compromisso* foi elaborado em 1779 e obteve aprovação régia em 1788. Funcionava na Capela de N.S^a do Rosário da Baixa dos Sapateiros.

Por sua vez, a Irmandade do Bom Jesus dos Passos dos Humildes foi criada em 1783 e extinta em 1909. Ao contrário das antecedentes, não foi formada por critérios de cor e sim, pelos moradores da Rua do Tinguí na freguesia de Santana. Funciona em um prédio alugado chamado Casa de Oração. Os devotos construíram uma capela 1846 a 1861, demolida em 1927 (CAMPOS, 2001). Não havia interferência da Igreja diocesana. Quando a associação entrou em decadência, com dificuldades financeiras, a solução foi a extinção. O clero não acolheu o grupo, nem mesmo poupou a capela da demolição. E essa era uma das três irmandades analisadas com templo próprio, uma das garantias de continuidade e independência.

A Irmandade do Bom Jesus da Cruz teve seu *Compromisso* aprovado pelo rei D. José I, em 1764. O texto que encontramos é do século XIX, época em que o documento foi reelaborado, em 1874, e aprovado, pelo arcebispo Joaquim Gonçalves de Azevedo, em 1878. O primeiro capítulo do *Compromisso* revela a origem da devoção e explica o motivo da recorrência ao Jesus Crucificado:

Corria o mez de Março de 1719. O fulgurante e azulado Céu, desta augusta Cidade, onde germinam fertilmente as cândidas flores da Virtude, começou a vestir-se de negras nuvens. Uma enorme tempestade, com um cortejo de copiosa chuva e furacões, parecia querer tragar essa magestosa cidade. Os Céos, irritados, despidiam frequentemente raios e relâmpagos, que de envolta com chuvas e vendavaes, levavam temor até aos espíritos mais intrépidos. A tristeza já se tinha apoderado do coração dos habitantes desta cidade. Todos entregues a dolorosos pensamentos, iam, por uma vez, aos Templos, para, por meio da Oração, que é “uma fonte inesgotável de toda a casta de bens”, implorar a Clemência Divina (COMPROMISSO..., 1914, p. 1).

O mesmo capítulo, explica, ainda, a filiação dos homens pardos à Confraria:

No meio desta catastrophe, um homem, de cor parda, em hábitos de santa penitencia, apresentar-se nas ruas desta cidade, abraçado com a Santa Cruz, que é, segundo as Escripturas Sagradas, “a expressão do amor de Deus para com o homem”, convocando a outros para, em Procissão, percorrerem as ruas da cidade. Este Devoto, unguido do fogo sacro da Fé, viu suas aspirações realizadas, de sorte que, depois de uma sublime penitencia, recolheu-se, com seus caríssimos Confrades na Igreja de Nossa Senhora d’Ajuda, onde instalou a Pia Devoção da Via Sacra (COMPROMISSO..., 1914, p. 1-2).

Reza o *Compromisso* que os homens pardos, reunidos nessa Confraria, deveriam realizar procissão em todas as sextas-feiras da Quaresma. Os confrades não explicam as razões, mas informam que se transferiram para a Igreja da Palma, na Freguesia de Santana, em 1751, e passaram a usar capa branca e murça (vestimenta usada pelos cônegos em cima da sobrepeliz) roxa e também mudaram o nome para Fortaleza do Bom Jesus da Cruz.

O artigo 52 do 2º capítulo do *Compromisso*, intitulado “Da Festa, *Te Deum* e Procissão”, estabelecia que as despesas da festividade, que aconteceria no dia 21 de setembro, correriam por conta do presidente e dos mesários da Confraria. Se a data fosse dia de serviço, os festejos seriam adiados para o segundo domingo de outubro. Haveria “[...] *Te Deum* e procissão à tarde, com toda solemnidade e pompa possíveis, conforme permitiram as circunstâncias da Confraria, e a cujos actos são obrigados a

assistir e acompanhar com suas capas a Mesa, e todos os Irmãos que comparecerem” (*COMPROMISSO...*, 1914, p. 33).

De acordo com o cronista Silva Campos (2001, p. 161), “Nenhuma procissão da cidade alta, exceção feita da do Senhor dos Martírios, antigamente, fazia mais longo giro”. A procissão saía da Igreja da Palma, no bairro da Mouraria, passava por três ruas para chegar ao Cruzeiro de São Francisco, no Terreiro de Jesus. Descia o Maciel de Cima, retornava ao Pelourinho e subia até as portas do Carmo. Voltava para o Terreiro, passava em frente à Catedral, Rua Direita do Colégio, do Liceu e da Misericórdia. Descia a movimentada Rua Chile, seguia até a ladeira da Praça, atravessava o largo de Guadalupe e, finalmente, subia a ladeira da Palma.

Mudanças e adaptações

O período áureo das irmandades se estendeu da Colônia até meados do Império. Muitas associações leigas não conseguiram acompanhar as transformações socioeconômicas, como o fim do tráfico negreiro, abolição da escravatura, proclamação da República, reforma da Igreja Católica e novas regras para a vivência religiosa dos leigos. Foram extintas as irmandades do Bom Jesus dos Martírios e Bom Jesus dos Passos dos Humildes. Algumas foram revitalizadas por iniciativa das autoridades eclesiásticas, principalmente com a reformulação dos seus compromissos, a exemplo da Confraria do Bom Jesus da Cruz, Devoção do Senhor Bom Jesus do Bonfim e Irmandade do Bom Jesus das Necessidades e da Redenção.

As relações com o Estado e a Igreja eram tensas (BOSCHI, 1986), porém não foram suficientes para provocar a decadência das irmandades baianas. As associações leigas que permaneceram tiveram que realizar adaptações, se apropriaram do discurso da hierarquia eclesiástica e, fazendo uso da criatividade, burlavam ou negociavam a obediência às novas regras (CERTEAU, 1994). As táticas de permanência são evidenciadas por meio da análise das crônicas (CAMPOS, 1941) ou livros escritos por participantes das celebrações e membros das associações (CARVALHO, 1923), nas

correspondências entre as mesas administrativas e o clero e nas reformulações dos compromissos.

A modernidade e a civilização, idealizadas pela elite branca e letrada e colocada em prática pelos intendentes e governadores, tiveram o apoio do clero, e levaram aos cortes ou à destruição total dos edifícios religiosos. Muitas irmandades foram desalojadas ou realizaram fusões para evitar o desaparecimento. Os irmãos do Bom Jesus da Paciência viram sua igreja de São Pedro Velho ser desapropriada e totalmente demolida em 1913 para, em seu lugar, ser erguida a Praça Barão do Rio Branco e abrir a Av. Sete de Setembro, novo cartão postal da cidade moderna idealizada pelo governador José Joaquim Seabra. Houve protestos dos paroquianos, mas a única reação do arcebispo Jerônimo Thomé da Silva foi exigir a construção de um novo templo, num terreno situado na esquina da Praça da Piedade com a Av. Sete de Setembro, inaugurado em 1917. A única lembrança da antiga igreja é o Relógio de São Pedro fincado na calçada. Os irmãos foram obrigados a realizar adaptações, aceitar a nova sede, porém, seus rituais e festas não tiveram mais o mesmo brilho.

Na Cidade baixa, o distrito da Conceição da Praia abrigava dois importantes centros de devoção e importantes irmandades: a Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Praia (irmandades de N.S^a da Conceição da Praia, Santíssimo Sacramento – ambas de portugueses e brasileiros brancos – e Bom Jesus dos Martírios – de negros nascidos no Brasil) e a Igreja do Corpo Santo (irmandades do Bom Jesus das Necessidades e Redenção – daomeanos – e do Glorioso Patriarca São José).

O distrito da Conceição da Praia também estava presente no projeto modernizador. Ocorriam incêndios frequentes na área comercial. E, muitas vezes, os estragos causados pelo fogo abriam a possibilidade de intervenção nos edifícios religiosos, sem provocar reações contrárias aos objetivos governamentais. A Igreja do Corpo Santo, por exemplo, estava situada no eixo remodelador, entre o Largo das Princesas e a Rua de Santa Bárbara. Em 07 de janeiro de 1902, o intendente José Eduardo Freire de Carvalho Filho escreveu,

em seu relatório de gestão, sobre a permissão para um corte que seria realizado naquela igreja:

Causas diversas atrasaram esse consentimento, não sendo de menos alcance a necessidade de um grande corte em parte da Igreja do Corpo Santo, ponto inicial de uma das ruas [...]. O pavoroso incêndio de 1º de dezembro de 1899 simplificou em parte o projeto que me animou [...]. Para removê-la, porém, confiava nos intuits progressistas e patrióticos do eminente pastor da Igreja Bahiana, o Exmo. Revmo. Sr. D. Jerônimo Tomé da Silva, em quem encontrou essa administração precioso auxílio, pois graças ao prestígio de sua Excia. Revma., concedeu a Cúria Romana a indispensável permissão (BARBOSA, 1970, p. 147).

A Igreja do Corpo Santo, com o apoio das autoridades eclesiásticas, recebeu o desejado corte previsto pelo intendente e governador modernizadores. Os fiéis tiveram que se adaptar ao espaço reduzido e se conformar com as mudanças.

Entretanto, outro fator contribuiu para as transformações internas das devoções, a promulgação de novas regras eclesiásticas, por meio do Código de Direito Canônico (1918). A partir de então, os arcebispos foram mais rígidos nas tentativas de reforma da vivência religiosa dos leigos. As irmandades deveriam reformar os seus compromissos; aceitar que os párocos ocupassem cargos nas mesas administrativas; excluir elementos de outras crenças nas missas, novenas, procissões e festas; prestar contas, anualmente, de todas as suas atividades. Tudo isso deveria ser observado e já fazia parte das cobranças do clero, mas ganhou força de lei.

Segundo Silva Campos (2001, p. 163), as dificuldades para realizar a pomposa procissão do Bom Jesus da Cruz começaram a surgir em 1925, quando “Tão precária se tornou sua vida econômica, tão malbaratados vinham sendo seus bens, que no ano de 1926 não foi possível celebrar-se a festa do Orago”. O arcebispo Augusto Álvaro da Silva, ao saber das condições precárias de funcionamento da Confraria, destituiu a mesa administrativa e nomeou uma comissão para inventariar e administrar o seu patrimônio. Era o

fim da festa. A nova comissão não conseguiu reavivar o entusiasmo dos devotos e a procissão deixou de ser realizada.

O *Compromisso* da Irmandade do Senhor Bom Jesus das Necessidades e Redenção, reformulado por Dom Jerônimo Thomé da Silva em 1913, determina que “Não podem ser irmãos os que pertencerem a seitas ou sociedades condenadas pela Igreja e se de facto fizerem parte ficam eliminados e deixam de ser Irmão” (*COMPROMISSO...* 1914, p. 7). A justificativa para a reforma era o enfraquecimento do grupo. Segundo o arcebispo, “[...] tendo em vista levantar a mencionada Irmandade do estado de abatimento em que, infelizmente, jaz, resolveu retomar o seu Compromisso, incompleto e abseleto (sic) em algumas de suas partes” (*COMPROMISSO...* 1914, p.25).

A Devoção do Senhor Bom Jesus do Bonfim também foi obrigada a realizar mudanças na sua administração. O primeiro *Compromisso*, aprovado em 1793, vigorou até 1895, apesar das tentativas de reformas no texto. Em 1919, um ano após a publicação do Código de Direito Canônico, ainda no arcebispado de Dom Jerônimo Thomé da Silva, foi aprovado um novo documento, chamado Estatuto. O arcebispo passou a compor a mesa administrativa.

È perceptível, na documentação analisada, algumas tentativas do arcebispo Dom Álvaro Augusto da Silva de reestruturar as irmandades e até mesmo reorganizar devoções em vias de desaparecimento, de acordo com a nova legislação eclesiástica. Em 1931, o arcebispo solicitou às mesas administrativas informações sobre o funcionamento das irmandades. Apesar de o documento ter sido encaminhado a todas as irmandades, infelizmente, só tivemos acesso ao documento (resposta do juiz) da Irmandade de Santa Cecília. Porém, o texto deixa bem claro, logo de início, que o clero de Salvador tinha “necessidade de regularizar a situação das Ordens Terceiras, Irmandades e Pias Associações, de acordo com as determinantes do novo Código de Direito Canônico” (*IRMANDADE...*, 1931, p. 1). Questões levantadas pelo arcebispo:

1. Se tem essa associação religiosa os seus estatutos organizados segundo as normas do Código de Direito Canônico de 1918;
2. Se tem prestado, anualmente, ao Ordinário Diocesano as contas de cada exercício, segundo determinação do Código – C.691-1525;
3. Se tem ônus de missas ou legados pios, quais sejam, e se os tem cumprido;
4. Se tem remetido o inventário anual dos bens que possui (IRMANDADE..., 1931, p. 1-4).

As respostas do juiz da devoção de Santa Cecília são interessantes para entendermos as resistências das associações leigas às mudanças impostas pelo arcebispado. Sobre os estatutos, o juiz responde que a irmandade era regida pelo *Compromisso* legalmente aprovado pela Mesa e por Dom Manoel dos Santos Pereira, em 1892, portanto, “[...] ainda em pleno vigor, fora dos preceitos do novo Código de Direito Canônico, sem, entretanto, se afastar a Irmandade dos bons costumes, doutrina da Santa Igreja e sua sagrada disciplina” (IRMANDADE, 1931, p. 1-2). A resposta demonstra a resistência dos irmãos à realização de mudanças nos seus documentos de fundação. Negavam o Código de Direito Canônico ao afirmar que não o seguiam por desconhecê-lo. Quanto à prestação de contas, diziam, simplesmente, que tinham essa obrigação para com os associados. Ou seja, a interferência do clero diocesano na administração financeira das irmandades não era bem vista e aceita pelos irmãos.

Para que devoções permaneçam ao longo dos séculos, é preciso que acompanhem as mudanças políticas e socioeconômicas dos grupos que as realizam. Se não se adaptam às novas condições e exigências sociais, perdem seus significados e ficam apenas na memória coletiva. Da importante Confraria do Bom Jesus da Cruz restam as notas saudosistas dos cronistas e os documentos que comprovam o vigor da fé dos confrades nos séculos XVIII e XIX. Tudo leva a crer que as irmandades que possuíam templo próprio, fontes de renda (como aluguéis de imóveis), e maiores doações dos seus membros (médicos, advogados, autoridades políticas, etc.), homens de boa condição econômica e influência na sociedade soteropolitana, tiveram maiores condições de dar continuidade as suas atividades. Esses aspectos certamente

contribuíram para a permanência do culto. Apenas duas irmandades aqui analisadas, Bom Jesus dos Navegantes e Devoção do Senhor Bom Jesus do Bonfim, tiveram as condições acima e continuam atuantes nos dias atuais.

Fontes e referências bibliográficas:

1. AZZI, Riolando. *O catolicismo popular no Brasil: aspectos históricos*. Petrópolis: Vozes, 1978.
2. BARBOSA, Manoel de Aquino. *Efemérides da freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Praia*. Salvador: Beneditina, 1970.
3. CAMPOS, João da Silva. *Procissões tradicionais da Bahia*. 2ª edição revista. Salvador: Conselho Estadual de Cultura, 2001.
4. CARVALHO FILHO, José Eduardo Freire de. *A devoção do Senhor J. do Bom-Fim e sua História*. Salvador: Typ. de São Francisco, 1923.
5. CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Vol. 1: Artes de fazer. Petrópolis, Vozes, 1994.
6. *COMPROMISSO da Confraria do Senhor Bom Jesus da Cruz*. Salvador: Typographia Liberty, 1914, Laboratório Eugênio Veiga – LEV.
7. COUTO, Edilece. *Tempo de festas: homenagens a Santa Bárbara, Nossa Senhora da Conceição e Sant'Ana em Salvador (1860-1940)*. Salvador: EDUFBA, 2010.
8. *ESTATUTO da Devoção do Senhor Bom Jesus do Bonfim*. Salvador: Arquivo da Devoção, 1919.
9. GUIMARÃES, Eduardo Alfredo Moraes. *Religião popular, festa e o sagrado: catolicismo popular e afro-brasilidade na Festa do Bonfim*. Dissertação de Mestrado em Sociologia – FFCH-UFBA, Salvador-Ba, 1994.
10. *IRMANDADE de Santa Cecília*. Salvador: Laboratório Eugênio Veiga – LEV, 1931.
11. SANTANA, Mariely Cabral de. *Alma e festa de uma cidade: devoção e construção na colina do Bonfim*. Salvador: EDUFBA, 2009.
12. SCARANO, Julita. *Devoção e escravidão*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.
13. SILVA, Cândido da Costa e. *Os segadores e a messe: o clero oitocentista na Bahia*. Salvador: EDUFBA, 2000.